

EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: um processo de resistência!

Autor: Edileide Ribeiro Pimentel
Orientadora: Profa Dra. Denise Maria de Carvalho Lopes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: profaedileide@bol.com.br

GT: 09 - Educação Infantil

Resumo: O presente trabalho aborda a educação infantil do/no campo (EIC) como um direito que vem sendo negados às crianças, é necessário retomar a educação das infâncias como direito. Como não abrir mão deste direito? Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, que no dado momento faz uma convocação para pensar nas estratégias de resistência como forma de não abrir mão do direito de ter escolas que vem sendo negado a muitas crianças que residem na área rural. Tem como objetivo promover uma reflexão sobre a necessidade de ampliar o processo de resistência das escolas de Educação Infantil do/no Campo que ainda resistem num município do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir dos estudos Bogdan; Biklen, além da abordagem histórico-cultural.

Palavras-chave: Educação Infantil. Campo. Resistência.

Introdução

A Educação Infantil (EI) é direito da criança desde a constituição Federal (CF) de 1988, é a primeira etapa da Educação Básica a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é direito da criança estudar próximo de sua residência, conforme o Art. 53 que menciona o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência visando ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. a escola deve ser construída próximo das residências da maioria das crianças.

No caso do contexto rural, hoje tida como a Educação do Campo, nomenclatura que substitui a Educação Rural, surgiu após a I Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo” em 1998, esta realidade, de escolas distantes das residências das crianças fica é evidente e uma dura realidade. A Educação do campo foi uma reivindicação dos movimentos sociais, por espaços nos processos educacionais, foi um marco para problematizar as práticas e os direitos na educação do/no campo. Desde a década de 1990 que discute-se a educação do campo, a oferta, a paralização de escolas, e precarização, dentre outros aspectos, são inúmeras problemáticas que, dentre outras, que envolve a realidade das escolas do campo.

Com relação à Educação Infantil do/no Campo (EIC), por uma questão de valorização dos saberes e da cultura dos povos do campo, do/no é muito mais que uma nomenclatura, é valorizar o espaço e a voz que os povos do campo precisam ter na condução de sua educação no/do campo. O direito das crianças de ter a escola na área rural, próximo de suas residências, ficam na maioria das vezes, no plano da legislação, por vários aspectos, a começar pela paralização das escolas, a ausência da formação docente adequada, da posição que as famílias são levadas a tomar sobre o processo de paralização das escolas, da cultura de precarização, em todas as suas dimensões, que ainda se mantem nas escolas do campo e menos ainda, sobre a falta de conhecimento da comunidade sobre o direito de ter direitos, a EIF corre o risco de não se materializar conforme as legislações, a começar por não ter escola.

Tem infantil do/no campo? é um questionamento que fazemos quando nos deparamos com o fechamento de escolas, a cada ano, paralisam-se escolas, porque não a nucleação? Como dialogar com a comunidade na compreensão deste direito? Como retomar este direito? estes questionamentos são uma convocação para pensar sobre a realidade das escolas do/no campo, que está sendo negado a muitas crianças que residem no campo de ter a EIC. Ter a EIC vai além do direito a uma sala de aula, é muito mais que uma estrutura física em bom estado de conservação, do fato de ter merenda escolar, de ter toda uma logística de funcionamento, ultrapassa tudo isso, trata-se, dentre outros, de ter docentes qualificados, com um programa de formação continuada, de materiais e equipamentos necessários para desenvolver o currículo conforme esta no projeto, e do primeiro direito, a escola, o ambiente físico, que faz parte do “ter escola no campo”.

Independente da escola de educação infantil ter surgido no contexto urbano, por motivos associados à revolução industrial, a reorganização do lugar da mulher na sociedade, a escola é um dos direitos invioláveis da pessoa humana. Mesmo com tantos ganhos históricos e legais, ainda observa-se nos caminhos do campo, várias crianças, com aparente idade de creche, fora da escola. Observando os trajetos no campo que levam às escolas, que ainda persistem, notam-se crianças de primeira infância, muitas delas ainda estão em casa, brincando pelos quintais, sinalizando a inexistência de escolas para a infância do/no campo. A escola do/no campo é de fato uma processo de resistência.

A EIC é sinônimo de resistência sim! quando se observa o deslocamento das crianças para chegar até a escola, dos riscos que passam ao caminharem tão próximos dos veículos no asfalto por falta de acostamento, da distancia que percorrem a pé das residências pra a escola, de usar veículos inapropriados para o transporte de crianças como são as motocicletas, a questão da irregularidade

das aulas, a ausência de um currículo que (re) conheça as especificidades do contexto e dos sujeitos (crianças) do campo e que seja de fato no/do campo, dentre tantos outros desafios, estudar na EIC é resistir, o desafio é canalizar esta resistência para que as escolas não fechem.

É preciso dar visibilidade a sobrevivência das escolas do/no campo, especialmente a EIC, é inadmissível que nossas crianças do/no campo estejam em casa, e tenham seu direito à escola negado e que a sobrevivência da EIC esteja vinculado a uma lógica financeira que se naturaliza, é comum ouvir dos secretários de educação, que é caro manter uma escola do campo aberta com tão poucos alunos, o caráter financeiro, define o fechamento das escolas, persistindo na maioria das vezes a cultura de que o ensino do contexto rural é inferior ao do contexto urbano.

Muitas vezes as escolas são paralisadas, os alunos se deslocam para a cidade, saem de seu contexto social/cultural e arriscam a vida, as escolas da cidade, na maioria das vezes não adequam seus currículos às especificidades dos alunos que vem do campo, o que os exclui ainda mais. Na maioria das vezes quando uma escola é paralisada, o governo municipal deixa de cumprir com suas atribuições de mantenedora da Educação Básica.

A escola é direito independentemente de onde a criança resida, a paralização das escolas do campo, acaba por contribuir para promover, na maioria das vezes, o fechamento da única porta para as infâncias do/no campo, pois as famílias matriculam as crianças nas escolas da cidade, é reduzida a oportunidade de as crianças viverem suas infâncias do/no campo, a escola na comunidade é uma das representações da cidadania, visto que o “Estado” é ausente nas demais necessidades de cidadania da pessoa humana, a escola acaba por ser a única. A paralização das escolas do campo, são recorrentes, aliados a outros fatores como a ausência de uma gestão democrática, de um projeto pedagógico construído a partir das “mãos” dos sujeitos da comunidade, de um currículo que valorize as infâncias do/no campo têm sido motivo de inquietação na busca das formas de resistir e de buscar os meios para garantir a EIC.

O objetivo deste estudo é promover uma reflexão sobre a necessidade de ampliar as formas de resistência das escolas de Educação Infantil do/no Campo que ainda resistem num determinado município do Rio Grande do Norte, como parte de uma pesquisa de mestrado, pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) na UFRN em andamento.

A metodologia tem abordagem qualitativa. Para Bogdan; Biklen (1994) perpassa por cinco características: na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador, o instrumento principal, a investigação qualitativa é descritiva, os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos, os

investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e o significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Adotar-se-á os Princípios da Abordagem Histórico-cultural de Vygotsky para a pesquisa sobre processos humanos e as Proposições do Dialogismo de M. Bakhtin para a pesquisa em Ciências Humanas. De acordo com Freitas (2002, p. 22)

A perspectiva sócio-histórica, tendo o materialismo histórico-dialético como pano de fundo, expressa em seus métodos e arcabouço conceitual as marcas de sua filiação dialética. Analisando a produção de autores sócio-históricos como Vygotsky, Bakhtin e Luria, percebo como a sua abordagem teórica pode fundamentar o trabalho de pesquisa em sua forma qualitativa, imprimindo-lhe algumas características próprias. A perspectiva sócio-histórica baseia-se na tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas.

Torna-se fundamental a abordagem histórico-cultural para compreender homem em sua totalidade, sem coisificá-lo. Os instrumentos de construção de dados da pesquisa serão uma observação de tipo semi-participativo, com registro em Diário de Campo, entrevista semiestruturada com os professores de turma da Educação Infantil, o coordenador pedagógico e a gestão escolar, bem como, a análise de documentos da prática pedagógica. Será realizada numa Escola de Educação Infantil da zona rural de São Paulo do Potengi, RN, numa turma de crianças de 4 e 5 anos.

Resultados e Discussão

A criança do campo tem suas peculiaridades, o contexto cultural e social, as relações que elas estabelecem com seus pares, vão constituindo-a como sujeito do/no campo, campo este, que tem pouca proximidade com a ideia romântica de zona rural de décadas passadas, o campo mudou, há mais proximidades que distanciamento entre o campo e a cidade. O campo sofreu mudanças, as moradias necessariamente não são de varandas, os quintais nem sempre são, em sua totalidade, cercados com arames farpados, há mais muros de alvenaria, que se imagina, a distância entre uma residência e outra, não são exatamente como antes, os cavalos foram substituídos por motocicletas e automóveis em um número considerável, a violência urbana se interioriza e chega ao campo, nestes aspectos, há um novo rural na contemporaneidade.

Neste contexto de mudanças no campo, a criança ainda é, conforme Brasil (2010) um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta,

narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. A criança e assim em todos os contextos, seja ele rural ou urbano, cada qual com suas especificidades.

A maioria das crianças do campo, que os pais buscam o direito à escola, procuram vagas a partir dos três anos de idade, no final do período de creche, conforme legislação atual, ou com idades de pré-escola, no contexto urbano já se tem uma escassez de escolas para a infância, no campo esta realidade se agrava ainda mais. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu como meta Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos. Em 2011, 81,7% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas na Pré-Escola. Segundo dados do PNAD 2011, mais de um milhão de crianças nessa faixa etária ainda estão fora da escola. Por outro lado, das que tinham de 0 a 3 anos, apenas 22,95% frequentavam as escolas. A matrícula para esse grupo não é obrigatória. (BRASIL 2014)

A meta do PNE é norte para os planos estaduais e municipais de educação, ponto positivo para atingir o objetivo, com a obrigatoriedade da matrícula para as crianças da pré-escola, pode-se dizer que, num regime de parceria, é possível inserir mais crianças na escola. Mesmo sendo dados de 2011, que mostram o número de crianças fora da escola, se constitui preocupação, devido as paralizações das escolas do contexto do campo escola paralisadas, é exclusão de crianças, nem sempre, deslocar as crianças para outra escola do campo, numa comunidade vizinha, é garantia de proporcionar o direito a educação as populações do campo.

No contexto do campo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBC), Res. N° 1/2002, sugere que deve-se adequar as propostas curriculares, as realidades das populações do campo, no Art. 2° as Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL 2002).

Já as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (DCNEI) Res. n° 5/2009, o Art. 10 Discute a Proposta Pedagógica e as Infâncias do Campo, caracteriza-as como sujeitos do campo, como sendo os crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devendo:

- ✓ Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- ✓ Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- ✓ Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- ✓ Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- ✓ Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. (BRASIL 2010)

Na DCNEI (2010) O Art. 3º, conceitua currículo da Educação Infantil como sendo um conjunto de práticas que buscam articular a experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. Por sua vez o Art. 4º, diz o que propostas pedagógicas da Educação Infantil devem considerar que: a criança, é o centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O Currículo é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL 2010). Para Sobral (2008, p. 28) “Tanto currículo como proposta pedagógica refere-se a o conjunto, tanto de princípios, concepções que embasam a pratica quanto de orientações para as ações docentes.”

Silva; Pasuch (2010) nas Orientações Curriculares p/ a Educação Infantil do Campo, afirma que as crianças constroem sentidos sobre seus lugares e sobre si mesmas. Mas como vivem nossas crianças do campo? Do que brincam? Como brincam? Com o que brincam? Brincam de peteca, de ciranda, cabra-cega, morto e vivo, bolinhas de sabão, casinha, passa anel, esconde-esconde, pular corda, ovo choco, coelho sai da toca, boca de forno? Brincam de ladrões de pião de tucumã, pião de chicote, jerimum, pata-cega, corrida do caranguejo, tainha, galinha gorda? Sobem em árvores, contam histórias de bicho de pé, de picadas de abelhas, de cachorros que comem vacas mortas,

transformam piaçabas em caminhas de boneca, folhas de açaí em barquinhos, gravetos e pedras em carros, cavalos, pentes, telefone, celular, computador? (SILVA; PASUCH 2012)

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais, as teorias tradicionais s confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, Curriculum vitae; no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento de identidade. (SILVA, 2003, p. 150).

Barbosa (2012) na pesquisa “oferta e demanda na Educação Infantil do campo” traz um esforço de trabalho coletivo na construção de conhecimentos sobre a educação da criança de 0 a 6 anos moradora em área rural. O trabalho foi concretizado a partir de cooperação técnica estabelecida entre o Ministério da Educação – MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, visando o desenvolvimento da Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais” (MEC/UFRGS).

Os principais objetivos da pesquisa foram estruturados a partir de quatro grandes ações: pesquisa bibliográfica da produção acadêmica nacional sobre educação infantil das crianças residentes em área rural; estudo quantitativo de dados secundários; estudo das condições de oferta da educação infantil das crianças de área rural por meio do envio de questionários a uma amostra de 1130 municípios; coleta de dados qualitativos em 30 municípios localizados nas cinco regiões geográficas do país.

O conjunto dos oito artigos permite-nos esboçar um primeiro panorama nacional de como a Educação Infantil na área rural vem sendo tratada no país. Superar esse quadro exigirá compreender que esse desafio deve ser enfrentado por processos democráticos de participação que garantam a ampliação dos atores sociais e coletivos e, principalmente, a presença das famílias e dos sujeitos do campo.

Silva; Silva; Martins (2013) no texto “infâncias do campo” apresenta um importante panorama sobre infâncias e suas vicissitudes nos vários campos do Brasil, busca, colocar em foco modos de viver e conceber as infâncias de crianças moradoras de vários territórios rurais do país, a partir de aspectos também variados, como a relação com o ambiente natural, o transporte escolar e a literatura infantil. Há uma variedade de infâncias nos diversos campos do Brasil.

Conceituar currículo, como os descritos acima, só ressalta a importância que ele tem nesta discussão, colocá-lo como um dos pontos de partida para a melhoria da EIC, pode ser uma das possibilidades de instrumentaliza-lo para a resistência e colaborar como a não paralização das escolas do campo,

O currículo na EIC entra no campo da resistência pois ele deve ser problematizado, é preciso inserir os sujeitos reais do campo na construção da proposta curricular, inserir as crianças, os professores e as famílias nesta construção, representa um dos maiores desafios para que a proposta curricular possa contribuir para que a criança se sinta parte e passe a valorizar, “gostar” da escola e sinta-se parte, também contribui para desmistificar o campo como lugar de não sábios, de miséria e de pouca cultura, de escolas sucateadas.

Conclusões

No decorrer de 2014 até o corrente ano, das cinco escolas do campo, que ofereciam educação infantil, em 2016, apenas duas até os dias atuais, ainda resistem com a E. I. com isso, pode-se dizer que há um grande riscos das escolas fecharem de fato, do direito negado, do retrocesso, da não universalização da pré-escola. Para onde foram nossas crianças? Para a cidade ou estão nos quintais de suas casas?

Esta pesquisa em processo, evidencia a necessidade de problematização e busca pelas possibilidades para a luta e a reafirmação, nestes tempos incertos de perda de direitos, do campo como um lugar de resistência, a escola pública do/no campo deve ser o contexto, por excelência para isso. São inúmeros os desafios, que perpassam também pela gestão democrática, pela mobilização da comunidade para o fortalecimento dos vínculos da comunidade com a escola, é preciso que a comunidade assuma os rumos da escola, a tome-a nas mãos, discute que currículo, que homem a escola precisa formar para os dias de hoje, perpassa também pela formação docente e da comunidade acerca dos direitos, comunidade politizada conhece seus direitos e tem mais condições de resistir.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; [et al.] organizadoras. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. 336 p

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília/DF, 2010. 36 p.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 ago. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB012015pdf>

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 21-39, 2002.

SILVA, Ana Paula S. da.; PASUCH, Jaqueline (Orgs.). **Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo**. Brasília, 2010.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article.

Acesso em 5 mai. 2012.

SILVA, Isabel Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves [Org.]. **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 248 p. (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. Ed., 5ª reimp. Belo Horizonte: Autentica. 2003.

SOBRAL, Elaine Luciana da Silva. Proposta Curricular para Educação infantil:(re) significando saberes docentes. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.